

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

Vol. 5

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF.^a. DR.^a. VIVIANE COÊLHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF. DR. JOSÉ EDMILSON DE SOUZA LIMA
PROF.^a. DR.^a. MARIA CLÁUDIA DA SILVA ANTUNES DE SOUZA
PROF.^a. DR.^a. DENISE SCHMITT SIQUEIRA GARCIA

DIREITO AMBIENTAL II

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioli
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito ambiental II

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr .

Coordenadores : José Edmilson de Souza Lima / Maria
Cláudia da Silva Antunes de Souza / Denise Schmitt
Siqueira Campos.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.5 - 1ª ed.

Clássica Editora, 2014.

507p. :

ISBN 978-85-99651-93-3

1. Direito Constitucional ambiental. 2. Sustentabilidade.
I. Título.

CDD 341.2

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	15
REPENSANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: FATORES RELEVANTES NO EQUILÍBRIO DA RELAÇÃO MEIO AMBIENTE- CIDADE (Alessandra Barichello Boskovic e Ingrid Giachini Althaus)	17
REPENSANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	18
DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	23
MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MUNICÍPIO	31
PLANO DIRETOR, ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA: FATORES RELEVANTES NO EQUILÍBRIO DA RELAÇÃO MEIO AMBIENTE E CIDADE	38
CONCLUSÕES	43
REFERÊNCIAS	44
A ARBITRAGEM COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE GLOBAL NA SOLUÇÃO ALTER- NATIVA DE CONFLITOS: OPORTUNIDADES DE TUTELA AMBIENTAL VIÁVEL E EFICAZ POR MEIO DE AJUSTES EXTRAJUDICIAIS (Alexandre Bizzotto e Kleber Cazzaro)	47
INTRODUÇÃO	48
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	49
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA E SUAS DIRETRIZES AMBIENTAIS	50
A PROTEÇÃO JUDICIAL AMBIENTAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO	52
A NATUREZA TRANSACIONAL DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	54
O TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA AMBIENTAL	56
A TUTELA DA SUSTENTABILIDADE VIA ACORDO PENAL	57
ARBITRAGEM EM CONFLITOS POR OFENSA AO MEIO AMBIENTE	58
O PAPEL DA GOVERNANÇA GLOBAL NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE DIREITO AMBIENTAL POR ARBITRAGEM	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	65
DIREITO AO MEIO AMBIENTE COMO GARANTIA FUNDAMENTAL DA PESSOA HUMANA: ANÁLISE JURÍDICO-PROTETIVA E SUSTENTÁVEL (Letícia Martins de Oliveira)	67
INTRODUÇÃO	68
INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E EFETIVAÇÃO DA TUTELA AMBIENTAL	70

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO ENQUANTO MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO (João Paulo Rocha de Miranda e Alexandre Vicentine Xavier)	82
INTRODUÇÃO	83
A RUPTURA DE PARADIGMA ENTRE BENS PÚBLICOS E PRIVADOS	84
OS BENS AMBIENTAIS	88
O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ENQUANTO MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO ...	90
CONCLUSÕES ARTICULADAS	97
REFERENCIAS	98
O DIREITO À MORADIA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DOS AGENTES SOCIAIS EM FORTALEZA (Aline Frota Parente Arrais e Bleine Queiroz Caúla)	102
INTRODUÇÃO	103
REFERENCIAL TEÓRICO	105
METODOLOGIA	113
ANÁLISE DOS RESULTADOS	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	119
DIREITO FUNDAMENTAL AO SOSSEGO PÚBLICO (Carlos Henrique Aparecido Rinard)	121
INTRODUÇÃO	121
A CIDADE MODERNA E OS PROBLEMAS URBANÍSTICOS	122
A POLUIÇÃO SONORA	124
ASPECTOS PENAIIS DE POLUIÇÃO SONORA	128
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS	139
A DESOBEDIENCIA CIVIL EM FACE DA LEI AMBIENTAL INJUSTA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (Ítalo Klinger Rodrigues do Nascimento)	142
INTRODUÇÃO	143
O POSITIVISMO E A LEI CONSIDERADA INJUSTA	143
O DIREITO DE RESISTÊNCIA	145
DESOBEDIÊNCIA CIVIL DESOBEDIÊNCIA CIVIL, UM DIREITO FUNDAMENTAL	149

DESOBEDIÊNCIA CIVIL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	155
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E BIODIVERSIDADE: UM OLHAR SOBRE A BIOPIRATARIA NO BRASIL (Natália Silveira Canêdo e Luá Cristine Siqueira Reis)	158
INTRODUÇÃO	159
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE	160
A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA ALVO DA BIOPIRATARIA	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	172
DAS FLORESTAS PROTETORAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RETROCESSOS NA LEGISLAÇÃO FLORESTAL ATUAL (Pedro Curvello Saavedra Avzaradel) ..	174
INTRODUÇÃO	175
AS FLORESTAS PROTETORAS	175
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	182
CONCLUSÕES	190
REFERÊNCIAS	191
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E TEMAS GLOBAIS: DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE A PARTIR E ALÉM DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (Tássia Aparecida Gervasoni e Jose Luis Bolzan de Moraes)	195
INTRODUÇÃO	196
DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE COMO TEMAS GLOBAIS	197
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO: UM CONCEITO A SER ALCANÇADO A PARTIR DA COMPLEXIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	204
A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO ENTRE INTERESSES ECONÔMICOS E AMBIENTAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUDENTE	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	214
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES QUE CONTRIBUEM AO AGRAVAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CAMINHOS DE GOVERNANÇA DO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL (Antonio Lorenzoni Neto e Vladimir Passos de Freitas)	217
INTRODUÇÃO	218
DESENVOLVIMENTO	220

CONCLUSÕES	231
REFERÊNCIAS	233
MEIO AMBIENTE DIGITAL NO BRASIL: DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO E NOVOS DESAFIOS TECNOLÓGICOS (Letícia Bodanese Rodegheri e Noemi de Freitas Santos)	235
INTRODUÇÃO	236
O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL	237
A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE INFORMACIONAL	242
OS DADOS DO CGI.BR E A REALIDADE DO ACESSO À INTERNET NO BRASIL	248
CONCLUSÃO	253
REFERÊNCIAS	255
O DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: UM ENFOQUE PARA AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS (Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho e Lucas Cardinali Pacheco)	258
INTRODUÇÃO	260
A CONSISTENTE RELAÇÃO ENTRE AS POPULAÇÕES E A BIODIVERSIDADE	261
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	265
SOCIEDADE COOPERATIVA: UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO	269
SABERES TRADICIONAIS E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	272
A CONDIÇÃO DAS MANGABEIRAS EM SERGIPE: UMA ABORDAGEM ESPECÍFICA	275
CONCLUSÃO	278
REFERÊNCIAS	279
O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA UNIDADES CONSUMIDORAS LOCALIZADAS EM ÁREAS AMBIENTAIS PROTEGIDAS POR LEGISLAÇÃO (Sérgio Pacheco)	285
INTRODUÇÃO	286
DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO E O ACESSO ÀS REDES DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA	287
DO DIREITO DE TODO CIDADÃO AO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA E AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL	290
DA LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA UNIDADES CONSUMIDORAS LOCALIZADAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	294
DA JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM UNIDADES CONSUMIDORAS LOCALIZADAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	302
A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEMANDA POR ASSINATURA DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E TERMOS DE COMPROMISSO PELAS CONCESSIONÁRIAS	305
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	308

O RECONHECIMENTO DO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL (Tiago Resende Botelho)	311
INTRODUÇÃO	312
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: DA NEGAÇÃO AO RECONHECIMENTO	313
DIREITOS HUMANOS E O MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO	317
A NACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS	322
O DIREITO AO MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL DAS FUTURAS E PRESENTES GERAÇÕES	330
CONSIDERAÇÕES FINAIS	336
REFERÊNCIAS	339
PRUDENCIA ECOLÓGICA PARA A ZONA COSTEIRA (Letícia Albuquerque)	341
INTRODUÇÃO	342
MARCOS LEGAIS DO GERENCIAMENTO COSTEIRO	342
PRUDENCIA ECOLÓGICA PARA A ZONA COSTEIRA	350
CONCLUSÃO	353
REFERÊNCIAS	354
DO PARADIGMA DA RESPONSABILIDADE CIVIL AO PARADIGMA DIREITO DE DANOS E O SURGIMENTO DOS NOVOS TIPOS DE DANOS NA ESFERA AMBIENTAL (Patrícia Antunes Gonçalves e Ronara da Silva Figueiredo Valadares)	356
INTRODUÇÃO	357
BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA	359
PRESSUPOSTOS DO NOVO PARADIGMA DO DIREITO DE DANOS	360
RESPONSABILIDADE CONSTITUCIONAL	360
OBJETIVAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO (MITIGAÇÃO DA CULPA)	361
COLETIVIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	361
PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE	362
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE DANOS	363
SURGIMENTO DOS NOVOS TIPOS DE DANOS AO MEIO AMBIENTE	364
CONSIDERAÇÕES FINAIS	370
REFERÊNCIAS	371
O DEVER DE INFORMAR EM SITUAÇÕES DE RISCO: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PERITO (MIRELLE MONTE SOARES)	373

INTRODUÇÃO	374
A INFORMAÇÃO COMO UM DIREITO/DEVER	375
DISTINGUIR RISCO E PERIGO NO CASO DA BARRAGEM	378
LIMITES E POSSIBILIDADES DA RESPONSABILIDADE CIVIL/PENAL PERICIAL	381
CONSIDERAÇÕES FINAIS	389
REFERÊNCIAS	390
EMPREGOS VERDES: A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE EM UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL (Rosane Sandoval Gonçalves Marini)	393
INTRODUÇÃO	394
VISÃO SISTÊMICA ENTRE O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E O MEIO AMBIENTE GENERICAMENTE CONSIDERADO	395
O TRABALHO DECENTE COMO REFLEXO DA DIGNIDADE DO TRABALHADOR	403
OS EMPREGOS VERDES: UM EMBLEMA A SER IMPLEMENTADO	407
CONCLUSÃO	411
REFERÊNCIAS.....	412
MEIO AMBIENTE, DIREITOS CULTURAIS E INCENTIVOS FISCAIS (Gustavo Rosa Fontes e Valmir César Pozzetti)	414
MEIO AMBIENTE E CULTURA	415
INCENTIVOS FISCAIS PARA A CULTURA	417
CONCLUSÃO	427
BIBLIOGRAFIA	428
ICMS ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Daniel Ricardo Augusto Wood e Marcella Gomes de Oliveira)	430
INTRODUÇÃO	431
PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA VIGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE	432
POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E MEIO AMBIENTE	435
DIREITO TRIBUTÁRIO AMBIENTAL, DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS E ICMS ECOLÓGICO.....	438
CONCLUSÃO	444
REFERÊNCIAS	445
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE (Andrea Nárriman Cezne e João Hélio Ferreira Pes)	447
INTRODUÇÃO	448
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	449

PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO	451
A EXTRAFISCALIDADE: CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS	455
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	457
A REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO COMO ESTRATÉGIA CONTRA CRISES ECONÔMICAS	459
A PROBLEMÁTICA DA UTILIZAÇÃO DE AUTOMÓVEIS FRENTE ÀS POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE URBANA	461
CONSIDERAÇÕES FINAIS	461
REFERÊNCIAS	463
A PROTEÇÃO PENAL AMBIENTAL NO DIREITO COMPARADO E NO BRASIL: COMO INOVAR A PARTIR DE UM SISTEMA DE DIREITO PENAL AMBIENTAL COLETIVO (Beatriz Souza Costa e Flávia Vigatti Coelho de Almeida)	466
INTRODUÇÃO	467
DOIS MODELOS DE TUTELA PENAL AMBIENTAL EXISTENTES NO MUNDO: MODELO MOSAICO E MODELO UNITÁRIO	468
A TUTELA PENAL AMBIENTAL NO PLANO DO DIREITO TRANSNACIONAL	469
A TUTELA PENAL AMBIENTAL EM ALGUNS PAÍSES DO DIREITO COMPARADO	469
A TUTELA PENAL AMBIENTAL NO BRASIL E A NECESSIDADE DE REVISITAÇÃO DO TEMA A PARTIR DAS DIRETRIZES DO SISTEMA DE TUTELA COLETIVA	479
CONSIDERAÇÕES FINAIS	483
REFERÊNCIAS	484
O SISTEMA AMBIENTAL PENAL E SUAS IMPLICAÇÕES OBJETIVAS: A QUESTÃO SUBJACENTE DO PENAL ENQUANTO INSTRUMENTO DE EFICÁCIA NA PREVENÇÃO E PUNIÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS AMBIENTAIS (Wagner Ginotti Pires)	486
INTRODUÇÃO	487
CONCLUSÃO	504
REFERÊNCIAS	505
A CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO DIREITO BRASILEIRO ANALISADA A PARTIR DA VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL À PRÁTICA DE CRUELDADE CONTRA ELES (Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza)	509
INTRODUÇÃO	509
A POSIÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NA VEDAÇÃO DO COMETIMENTO DE CRUELDADE CONTRA ELES SEGUNDO A DOUTRINA TRADICIONAL	510
ESPECISMO ANTROPOCÊNTRICO E SEUS FUNDAMENTOS	513
OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS COMO DESTINATÁRIOS DIRETOS DA PROTEÇÃO CONFERIDA PELA NORMA QUE VEDA A PRÁTICA DE ATOS DE CRUELDADE CONTRA ELES	516

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

